

O TERRITÓRIO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS PLATINOS.

O fato que, segundo cremos, vamos pela primeira vez enunciar com a devida clareza é este: desde os fins do século XVII e, mais que tudo, depois da terceira fundação da Colônia, em 1716, os portugueses haviam criado no Território da Colônia, vaga expressão que abrangia as regiões que hoje se dividem entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul, uma economia nova e um gênero de vida próprio, dos quais pela colaboração com os espanhóis de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes veio a sair um tipo social específico, — o do gaúcho, que se tornou comum aos dois Estados uruguaio e rio-grandense e à República Argentina.

Quando em 1735, estalou o conflito diplomático de Madri, entre os governos espanhol e português, mero pretexto, por parte da Espanha, para desencadear as hostilidades contra a Colônia, essa formação econômica havia chegado ao auge e urgia um esclarecimento decisivo sobre o problema da soberania naquelas vastas regiões. As bases de duas novas entidades políticas estavam lançadas, nas suas semelhanças e diversidades, quer pela colaboração, quer pelo conflito, ambos inevitáveis entre espanhóis e portugueses na banda setentrional do Prata. Datam de então verdadeiramente as origens do Uruguai e os motivos por que a vaga expressão geográfica de Território da Colônia veio a objetivar-se em dois Estados.

Fundam-se as nossas afirmações num grande número de novos documentos. Embora historiadores uruguaio e brasileiros, à porfia, tenham devassado, com benemérito zelo, os arquivos e publicado ou citado uma grande massa de textos dessa época, cremos trazer para esses problemas uma contribuição inédita.

Como é sabido, a grande fonte de riqueza da região de que nos estamos ocupando era constituída pelas chamadas vacarias do Uruguai ou do Mar, que se estendiam desde o Rio Uruguai até à costa atlântica, desde a margem setentrional do estuário platino até às vacarias dos Pinhais, cerca dos limites entre os atuais Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Terra de ninguém, foi disputada durante quase dois séculos pelos Padres da Província do Paraguai e, mais particularmente dos chamados Sete Povos, pelos portugueses da Colônia, da Laguna e do Rio Grande de São Pedro, e pelos espanhóis de Buenos Aires, Montevideu, Santa

Fé e Corrientes. Não se entendem ainda hoje os historiadores sobre as verdadeiras origens dessas vacarias. Aurélio Pôrto aceita como boa e decisiva a afirmação dos jesuítas espanhóis de que haveriam sido êles, ao abandonar, em 1637, sob a pressão dos bandeirantes paulistas, as reduções dos Tape, que ali deixaram algumas centenas de vacas e que estas se tornaram a semente das grandes vacarias que se alastraram naquele território (1). O historiador uruguaio Pablo Blanco Acevedo tem por certo que as primeiras vacas, que vieram a multiplicar-se por forma tão extraordinária foram lançadas pelos primeiros colonizadores espanhóis nos terrenos próximo a Soriano e à Colônia, quando menos, em 1624 (2).

Não nos demoraremos a tratar da distribuição geográfica dessas vacarias, ligadas em grande parte, desde os fins do século XVII, às estâncias dos Sete Povos. Esse estudo foi feito entre outros historiadores por aquêles que citamos. Desejamos, sim, porque esse é o fato novo a revelar, documentar as origens da formação duma nova economia assente na riqueza em gado vacum daquelas terras .

As origens portuguezas da indústria da ganadeira no Território da Colônia e do comércio de exportação, em grande escala, dos produtos respectivos durante os fins do século de Seiscentos e princípios do seguinte foram estudados, com fins de reivindicação de soberania política, por Alexandre de Gusmão em 1736, no auge do conflito platino. Valendo-se de uma grande massa de documentos originaes, então existentes nos arquivos de Lisboa, e hoje, pelo menos em parte, desaparecidos, êle conseguiu provar que antes da celebração do Tratado de Utrecht, não só os portuguezes percorriam as campanhas da Colônia até as paragens mais distantes, mas que essas atividades possessórias foram consentidas, durante um certo período, pelo govêrno de Buenos Aires (3).

Dos documentos citados na *Dissertation*, e em especial dos textos officiais de origem espanhola, se conclui que a indústria da ganadeira, na margem setentrional do Prata e o comércio dos seus produtos, — carnes salgadas, couros, cebo e gordura, com exportação em grande escala para o Brasil e Europa, se deve aos portuguezes e por outros documentos, que essas atividades se prolongaram e progrediram por muito tempo com a colaboração dos espanhóis, mau grado as hostilidades quer dos governadores de Buenos

(1). — *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio, 1943, pg. 2 a 8.

(2). — Pedro Blanco Acevedo, *El Gobierno colonial en el Uruguay y los Orígenes de la nacionalidad*, seg. ed. t. I, Montevideo, 1936, pg. 60-61.

(3). — *Dissertation que détermine tant géographiquement que par les Traités faits entre la couronne de Portugal et celle d'Espagne quels sont les limites de leurs dominations en Amérique c'est à dire du coté de la Rivière de la Plata*. Esse título foi dado por D. Luiz da Cunha a uma dissertação redigida em francês por Alexandre de Gusmão em setembro de 1736, sobre o problema da soberania portugueza na margem setentrional do estuário platino. V. J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Antecedentes I*, doc. n.º LXXXI. Como o seu autor redigiu esta dissertação em francês, traduziremos para o português os documentos espanhóis, sempre que houvermos de os citar.

Aires, quer, e principalmente, dos índios das Missões, ou, com mais objetividade, dos Padres jesuítas que dirijam os Sete Povos orientais do Uruguai.

O primeiro documento citado por Alexandre de Gusmão é uma carta do governador de Buenos Aires, D. José de Herrera, escrita a 7 de agosto de 1690 ao governador da Colônia, protestando contra o uso que os portugueses estavam fazendo das campanhas do rio de Santa Luzia para vaquear e trazer dali carnes, e couros, que transportavam em barcos rio abaixo. Nessa carta afirma o governador de Buenos Aires que, não obstante o direito concedido aos espanhóis pelo tratado provisório de 1681 de usar das campanhas, gados, madeiras e pescas da margem setentrional do Prata, “contudo, como da nossa parte se reconheceram os inconvenientes que podiam seguir-se do encontro de pessoas das duas nações, não se tem aproveitado das faculdades dêsse privilégio; mas, do vosso lado, ainda que nada disso vos fôsse concedido, tendes aproveitado e quase destruído a ilha de Martim Garcia, que está situada 10 léguas a leste da vossa Colônia, ao que não tinheis o menor direito, e o vosso excesso foi tamanho que alargastes essa intrusão pelas campanhas e pelas margens do rio de Santa Luzia”.

Das mesmas palavras do governador Herrera se conclui que os começos da indústria da ganadeira com base nas vacarias se deve aos portugueses. E é lícito pôr em dúvida que a abstenção dos moradores de Buenos Aires, tão louvada pelo seu Governador, se deva a motivos de moderação política. Já veremos que, poucos anos volvidos, êles manifestavam atitude da mais violenta hostilidade à Colônia do Sacramento.

Nos anos seguintes continuam os protestos dos governadores de Buenos Aires, contra as progressivas incursões dos portugueses nas campanhas da Colônia. E Alexandre de Gusmão conclui: “Ao que nos parece, não se poderiam aduzir provas melhores que os protestos e cartas dos governadores de Buenos Aires, para afirmar que os portugueses gozavam então da posse e uso daquelas campanhas”.

Mas a seguir transcreve Alexandre de Gusmão documento dum interesse maior. Trata-se de uma carta do Governador de Buenos Aires, D. Agostinho de Robles, dirigida a 18 de fevereiro de 1695, ao Padre Lauro Nuñez, Provincial da Companhia de Jesús, remetendo cópia duma carta do Governador da Colônia, denunciando o assalto dalguns índios das Missões, que no rio do Rosário tiraram a vida a três portugueses e a dois índios tupis. Pedia o Governador que os índios criminosos fôssem remetidos a Buenos Aires para serem devidamente castigados, ou, nas próprias palavras, “para que se possa, em consequência, dar a satisfação que exige um tal excesso, não apenas pelo que diz respeito à queixa e protestos do dito governador da Colônia, mas também pelo que requer a vingança pública”. E o Governador terminava com esta advertência: “E no caso que se recuse êste expediente, seremos obrigados a dar conta a

S. Majestade, para que ela prescreva o remédio conveniente a uma matéria, cujas conseqüências podem ser muito sérias, se acaso se pretende omitir e impedir uma demonstração tão conveniente ao serviço de S. Majestade”.

Com razão comenta Alexandre de Gusmão fundando-se nesta carta: “o uso que os portuguezes tinham a êsse tempo da campanha e das suas produções era do próprio e confessado consentimento do governador espanhol”.

No ano seguinte o mesmo governador de Buenos Aires, sendo informado das correrias que os índios dos jesuítas faziam nas mesmas campanhas e vendo que era muito difícil evitar maiores conflitos e desordens com os portuguezes que ali iam vaquear e buscar lenha, escreve ao comandante da guarda espanhola do rio de S. João, a oeste da Colônia, uma ordem, pela qual, depois de manifestar a sua inquietação pelas incursões dos índios até às proximidades da Colônia, o encarrega de entregar ao Padre que dirige êsses índios uma carta, pedindo-lhe se retire imediatamente com êles. Ao próprio tenente da guarda justifica essa ordem, dizendo que aos índios das Missões não faltam campanhas para se abastecer de gado, sem contender com os portuguezes, que vão procurar fora da praça aquilo de que necessitam para a sua subsistência. Manda-lhe, em conseqüência, que faça entregar a carta por um homem de confiança e trazer do padre destinatário o competente recibo. No caso de que esta ordem não fôsse convenientemente cumprida, ameaçava de castigo o mensageiro. Depois de aprovar o procedimento do tenente da guarda, que mandara buscar os índios, implicados no primeiro insulto, ordenava-lhe ainda: “Tôdas as vêzes que se ofereça ocasião e que o sr. D. Francisco (Naper de Lancastre, governador da Colônia), vos der aviso, acorrei prontamente a satisfazer os seus desejos. Encarregai o homem que enviardes na presente ocasião de dizer aos índios que leva ordens para que se retirem, sob pena de os fazer castigar; e no caso que esteja com êle algum padre, o exorte a não se aproximar a 20 léguas da Colônia, pelo risco de que os seus índios se encontrem com os portuguezes”.

Destas cartas se conclui: que os portuguezes iniciaram a indústria da ganadeira nas campanhas do Uruguai; que durante algum tempo não só os espanhóis lhes não disputaram o uso dessas campanhas, mas um governador de Buenos Aires reconheceu êsse direito; e que, ao contrário, os índios das Missões seguramente inspirados pelos Padres seus superiores, procuraram impedir, pelos meios mais violentos, a expansão e as fainas dos portuguezes fora do âmbito da praça.

Mais concludente, Alexandre de Gusmão afirmava: “Os jesuítas entretanto sofriam de má vontade a companhia dos portuguezes no uso dêsse território; e como êstes Padres são tão poderosos naquele país, que obrigam os governadores a agir a seu grado, induziram D. Manuel do Prado, sucessor do governador

Robles a contestar aos portugueses por novos protestos, o direito a usar das campanhas, sendo certo que as suas próprias cartas, que se conservam no original, são a melhor prova de que os portugueses continuaram com maior amplitude que antes a utilizar-se delas”.

Conforme aos objetivos da *Dissertation*, Alexandre de Gusmão buscou basear a sua tese em textos espanhóis. Mas a documentação portuguesa dessa mesma época, explorada pelo general Rego Monteiro, vem provar que o governador da Colônia, aludido na correspondência anteriormente citada, D. Francisco Naper de Lancastre, promoveu a criação daquela indústria e ao mesmo tempo o comércio de exportação dos produtos das campanhas próximas e, em particular, das carnes salgadas e dos couros.

Numa notável carta sua dirigida ao rei, a 10 de janeiro de 1694, êle descortinava com grande visão política as possibilidades econômicas da Colônia, os benefícios que podia trazer ao reino e os obstáculos que haviam de opor-se-lhe. Noticiava êle que mandara embarcar para o Rio de Janeiro 6.000 couros que à Real Fazenda tinham rendido 2.600 cruzados, mas que, dispondo-se de cavalos e carros, se poderiam fazer todos os anos e em breve até 25.000 couros. Já então êle afirmava que a Colônia podia exportar muitas farinhas para todo o Brasil e em particular, de trigo; e previa as vantagens que se poderiam tirar do comércio com os vizinhos, pelo volume da prata adquirida nas trocas. “Com o comércio dos castelhanos, escrevia êle, poderá por êste pôrto entrar no nosso reino muita prata, como já sucedeu; e, se agora está suspenso com os apertos (as proibições) dêsse governador, amanhã poderá vir outro que mesmo o solicite, porque sempre são mais os que atendem à sua conveniência que ao serviço dos seus reis”. Veio o tempo a mostrar quanto era segura esta previsão.

A mais de meio século de distância, Naper de Lancastre lançava também sôbre os jesuítas acusações e juízos, que mais tarde foram alcunhados de insidiosos, mas que devem um tanto à paixão de momento. Dizia êle que os maiores inimigos dos portugueses na Colônia eram os Padres da Companhia, ameaçados nas suas riquezas, distribuídas em vinte e duas aldeias, “as quais governam com despótico poder, sendo êles mesmos os que os exercitam (aos índios) no manejo das armas, capitaneando-os como qualquer soldado por estas campanhas, onde, com insigne soberba, se dão a respeitar com grande majestade, chegando a intitular-se reis e senhores delas”. Menciona o governador as indústrias a que se entregavam os padres da Companhia: o tabaco, o açúcar, e a erva-mate, que introduziam nas Índias espanholas, com grandes interesses, mas nem uma palavra diz, nem de qualquer documento pode inferir-se que os jesuítas se dessem também à indústria da ganadeira e à exportação dos seus produtos.

Terminava D. Francisco Naper de Lancastre insinuando que seria necessário, para manter e fazer progredir a Colônia, com-

pletarem-se as quatro companhias de infantaria e cavalaria ali existentes; aumentar, em particular o número de cavalos; e mandar vir cinqüenta lavradores do reino ou das ilhas, casados, para se lhes distribuírem terras e gado, com que as pudessem cultivar. E' a primeira vez em que se fala na conveniência de povoar a Colônia e o seu território com os casais de reinóis ou ilhéus. E avi-sava com profético juízo que, se o rei algum dia quisesse largar tôda aquela terra, "pelo que tenho entendido dos castelhanos e principalmente dos seus Padres da Companhia, só por nos verem daqui fora, não só darão tudo o que se tem gastado nela, desde a sua primeira fundação, mas farão outras grandes conveniências". (4).

Se o govêrno da Metrópole não atendeu, com a necessária rapidez aos pedidos do governador, não obstante o Conselho Ultramarino tomou, ainda durante o govêrno de Naper Lancastre, uma medida que veio promover em grande escala a indústria da ganadeira. Dispôs-se que do produto das vendas dos couros, ficasse o quinto para a fazenda real, 20% para o Governador, a fim de manter a sua posição, pois lhe não era permitido negociar com os castelhanos, e o resto para ser distribuído pelos soldados que se entregassem àquelas fainas.

Tôdas as previsões do Governador da Colônia, expressas naquelas cartas, foram realizadas, quando não largamente excedidas. Em 1699, era substituído pelo brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral, que ali permaneceu até 1705, ano em que a Colônia foi de novo tomada pelos catelhanos. Mas no próprio ano da sua posse e como resultado da administração, de tão largas vistas de seu antecessor, a cidade de Buenos Aires supplicava ao rei de Espanha, por carta de 19 de dezembro de 1699 se lhe concedesse licença para expulsar os portuguezes, a ferro e fogo, pois se iam apropriando progressivamente das campanhas e intensificando o negócio dos couros (5).

Coincidindo com a saída de Naper Lancastre e a chegada do novo governador Sebastião da Veiga Cabral, também pouco depois D. Agostinho Robles era substituído por D. Manuel Prado Maldonado, no govêrno de Buenos Aires. Dum lado para o outro do Prata recomeçou a disputa. As atividades dos moradores da Colônia em vez de cessar alargaram-se mais pelas campanhas; e os índios das Missões da margem esquerda do Uruguai continuaram as suas violentas atividades contra os portuguezes. Se dermos crédito a uma carta de Sebastião da Veiga Cabral, que, aliás, fôra educado no colégio dos jesuítas em Bragança e tinha grande respeito pela Companhia, os Padres de Sete Povos fizeram intro-

(4). — Esta carta foi transcrita quase na íntegra, por Jônatas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento, Pôrto-Alegre, 1937, t. I, pg. 117-122.*

(5). — *V. Campaña del Brasil, Antecedentes coloniales, T. I, pg. 376-380.*

duzir-se na Colônia alguns índios para roubar cavalos, objetivo que lograram plenamente (6).

Em sua *Dissertation*, Alexandre de Gusmão não deixa de explorar a correspondência do governador Prado Maldonado, em defesa da sua tese. Como já dissemos, êle propunha-se demonstrar que da mesma correspondência dos governadores de Buenos Aires se evidenciava que os portugueses continuavam a usar das campanhas e a aproveitar-se das vacarias. Assim é que, a 16 de julho de 1701, o novo governador acusava os portugueses “de se utilizarem abertamente dessas campanhas, até aos lugares mais recuados, praticando contínuas matanças de gado para tirar a grande quantidade de couros com que carregam os navios que chegam à Colônia para êsse efeito”. Noutra carta de 23 de agôsto do mesmo ano queixava-se ainda do “grande número de navios que se carregaram de couros, na Colônia, de três anos para cá e desde o tempo do meu antecessor, o que é dum prejuízo considerável e duma injustiça notória para os moradores desta província”.

Fato não menos interessante, e que supomos inédito nas suas conseqüências, menciona Alexandre de Gusmão, referindo-se a uma carta de D. Manuel do Prado, dirigida a 15 de julho de 1700 a Sebastião da Veiga Cabral. Nessa data informava êle ao governador da Colônia que recebera a notícia e lha transmitia para a sua defesa, de que os dinamarqueses pretendiam invadir o Rio da Prata. Sebastião da Veiga Cabral mandou imediatamente guarnecer o lugar de Montevidéu. Por carta de 18 dêsse mesmo mês e ano, participava essa medida ao governador de Buenos Aires, sem que êste opusesse contradição ou protesto.

Entretanto e, sob a proteção real, desenvolvia-se a indústria e comércio de couros. Pela provisão régia de 9 de novembro de 1701 concedia-se a Sebastião da Veiga Cabral o livre comércio dos couros e mais mercadorias da Colônia para os portos do Brasil e do reino.

Tamanho foi o desenvolvimento tomado por êste negócio que, em 1702 a Fazenda Real resolveu arrematar, pela quantia, enorme para a época, de 70.000 cruzados anuais, “a caçada dos couros” nas campanhas da Colônia. E’ então que pela primeira vez aparece no cenário do território da Colônia, donde volvidos alguns anos ia destacar-se a província de São Pedro, o grande desbravador dessas regiões, o português Cristovão Pereira de Abreu, que arrematou êsse contrato.

Esta resolução da Metrópole vinha ferir grandemente os interesses do Governador da Colônia, o qual, como era de esperar, protestou violentamente. Como atrás dissemos, das caçadas dos couros ou melhor dos seus direitos, cabiam 20% do governador da

(6). — *Campañas del Brasil, Antecedentes Coloniales*, t. I, pg. 38-86.

praça. Mas uma carta régia de 6 de fevereiro de 1705, ordenava “que se guardassem ao contratador dos couros, Cristovão Pereira de Abreu, as condições do seu contrato, com a declaração de que os tributos só eram devidos nas alfândegas depois que fôsem despachadas as fazendas e as partes as quisessem retirar (7).

Em fins de 1705, por virtude do volta-face de D. Pedro II na sua política sôbre a Guerra da Sucessão ao trono da Espanha, a Colônia foi de novo tomada pelos espanhóis, após cinco meses de valorosa defesa.

Durante êsse largo período de onze anos até que a Colônia regressou aos portuguezes, govêrno de Madri, governadores e moradores de Buenos Aires descuidaram continuamente o problema da posse e da defesa da margem setentrional do Prata. Um que outro espírito mais esclarecido previu e alertou a metrópole. Mas em vão.

Cêrca de 1710, um informador anônimo, sacerdote e provavelmente jesuíta, chamava a atenção dos reponsáveis para a falta de defesa, em que estavam as costas do Rio da Prata, e mais que tudo as setentrionais, onde se encontravam portos muito cômodos em risco de serem ocupados pelos inimigos: o sítio, onde estivera a Colônia; dali a 12 léguas costa a baixo, o Rio de Santa Luzia; 36 léguas mais a leste Montevidéu; e, mais além, o pôrto das ilhas de Maldonado, capaz de conter navios de todo o porte. E o informador apontava o exemplo dos portuguezes. O terreno era muito próprio para o cultivo de cereais e frutas, como se experimentava na Colônia do Sacramento, não falando da grande comodidade das vacarias. Urgia ocupar os portos a explorar os riquíssimos recursos naturais daquelas terras, pois tudo corria o risco de cair em mãos dos inimigos de Espanha (8). Mas o brado não foi ouvido.

Em fins de 1616, e como consequência da celebração do tratado de Utrecht, o velho baluarte tornava às mãos dos portuguezes. De Portugal chegaram casais de transmontanos, que em 1730 representavam mil famílias. Breve, indústria ganadeira e comércio de couros se reatam e intensificam com rapidez e êxito prodigioso. Desta vez, e durante cêrca de vinte anos, até ao sítio da Colônia, pôsto pelos espanhóis em fins de 1735, aquelas atividades puderem desenvolver-se num vivo crescendo, mau grado todos os embargos opostos pelos governadores de Buenos Aires, e com mais assiduidade e eficácia, como sempre, pelos Padres da Companhia e os índios de seu comando.

Intervêm então fatos novos. A colaboração entre os portuguezes da Colônia e os moradores de Buenos Aires e de Santa Fé vem provocar a formação de um novo gênero de vida e tipo social nas vastas campanhas, que se estendiam desde as margens setentrionais

(7). — V. Aurélio Pôrto, *obra cit.*, 354-355, onde refere com a probidade do costume, as suas fontes.

(8). — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Coleção de Angelis*, I, 29, 2.79.

do estuário platino até ao rio de São Pedro e aos Sete Povos orientais do Uruguai.

Já Alexandre de Gusmão, na sua *Dissertation*, se referia a uma troca de cartas entre os governadores de Buenos Aires e da Colônia, em fins de 1701, nas quais se averiguava que, para bastar o seu comércio de exportação de couros, os portugueses utilizavam os espanhóis, que achavam suficientemente lucrativo entrarem às campanhas naquele serviço auxiliar. Donde fôsem êsses espanhóis iniciados pelos portugueses nêsse tráfico, não se diz. Tão pouco o menciona a carta de Prado Maldonado, transcrita por Alexandre de Gusmão. Mas um auto ou protesto dos jesuítas do Paraguai naquele mesmo ano de 1716 lavrado, faz-nos crer que se tratava de santafecinos. Nesse documento os padres da Companhia reivindicam os direitos dos índios do Uruguai às Vacarias do Mar, precisamente contra os moradores de Santa Fé (9).

Dêsse ano por diante multiplicam-se os exortos, os protestos, os interrogatórios jurídicos assistidos de numerosas testemunhas, com que os Padres pretendem provar o direito único dos índios das Missões de vaquear nas vacarias mencionadas; e, ao mesmo tempo, denunciam a colaboração dos espanhóis de Santa Fé, Buenos Aires e Corrientes, que se introduzem, sem escrúpulos e com desmedida exorbitância, segundo afirmam, a vaquear nas vacarias dos índios, para exportar carnes e couros para as províncias do Perú e, mais que tudo, entreter o comércio proibido com os portugueses em estâncias que uns e outros vão estendendo nas campanhas.

Por volta de 1720 aumentou o choque dos interesses entre os Padres da Companhia, dum lado, e os espanhóis e portugueses, que se entregavam, quer uns, quer outros, ao comércio clandestino, com base nas vacarias.

Em 1722, dirigiam os Padres um exôrto ao governador de Buenos Aires, D. Bruno Mauricio de Zavala, denunciando as atividades clandestinas dos vaqueiros espanhóis que se introduziam furtivamente nas Vacarias do Mar; clamavam contra o destrôço a que estavam sujeitando o gado; e impugnavam as ordens daquela autoridade que limitavam aos índios das reduções o direito a abastecerem-se nas vacarias do Uruguai. Dizia o padre José de Aguirre, quem subscrevia o exôrto, que as vacarias estavam inteiramente assoladas pelas desordens dos espanhóis que ali *permanecem anos inteiros*, retirando vacas e fabricando sebo, gorduras, couros, etc. Certo Capitão, D. João de San Martin, continuava o Padre, reconhecera, há três anos apenas, quatro milhões de vacas, num espaço de 100 léguas. Agora, que ali voltara, só encontrara, quando muito, trinta mil!

Insurge-se o Padre Aguirre contra a pretensão dos moradores de Buenos Aires a usurpar aos índios guaranis e tapes das missões

(9). — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Coleção de Angela*.

o direito de pacífica posse, em que estão, desde tempos imemoriais, das vacarias, chegando o escândalo a aprovarem, em reunião do Cabido de 20 de fevereiro dêsse ano, um acôrdo a que deram por título: "Expedição à outra banda para expulsão das tropas dos índios tapes": Reclamam, ao mesmo tempo, contra o uso que os moradores da Colônia fazem da campanha, recolhendo vacas, e trabalhando em sebo e couros, mas com mais razão observa, se deveria proibir expressamente que os espanhóis de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes, passassem a vaquear à outra banda, pois era público e notório que daí nascia o comércio que aquêles moradores faziam com os portuguezes, vendendo-lhes cavalos e os vários produtos de gandeira, a trôco dos seus gêneros proibidos.

Atraídos pelos lucros dêsse comércio clandestino, tão fácil e a coberto de riscos, os moradores de Buenos Aires, agora que experimentavam a vantagem da vizinhança dos portuguezes, faziam um jôgo dúplice: protestavam *pro forma* contra as atividades dos portuguezes nas campanhas da outra banda, mas acorriam a comprarlhes os tecidos e outros gêneros pelos produtos das caçadas de vacas e cavalos. E com razão estranhava o Padre Aguirre que noutros tempos as Câmaras daquelas cidades aprovassem, como remédio eficaz, que os índios guaranis e tapes defendessem aquêlê território, das usurpações, e agora se opusessem a que os mesmos índios recolhessem alguma vaca para seu sustento.

Em que época e porque motivos começaram a entrar os espanhóis, por forma notória, nas campanhas do Uruguai?

Vimos que em 1722 atingia o auge o alarme dos Padres por aquêles fatos. Ora, nesse ano, a 16 de agôsto, o Padre Benites, Superior das reduções dos índios guaranis e tapes do Paraná e Uruguai, abria uma informação jurídica, por meio de questionário, sobre o direito que tinham aquêles índios às Vacarias do Uruguai ou do Mar. Ouviram-se várias testemunhas, mais ou menos concordes nas respostas, ainda que na sua grande maioria religiosos da mesma Companhia.

Uma das perguntas do questionário indagava: se os espanhóis de Buenos Aires e de Santa Fé nunca tinham entrado a vaquear naquelas vacarias, senão desde há cinco anos atrás, e isto mesmo por condescendência dos índios e do Padre procurador das Missões, o qual, para evitar maiores males, estabelecera um convênio com aquêles moradores para que tirassem cada ano apenas, uma quantidade certa de vacas. A esta pergunta tôdas as testemunhas respondem afirmativamente: só há quatro ou cinco anos os espanhóis tinham começado a vaquear naquelas vacarias. Afirmavam ainda também em resposta ao questionário que só nos últimos dois ou três anos os moradores de Buenos Aires e de Santa Fé declararam as suas pretensões de usurpar aos índios aquêlê velho patrimônio. Foi, por consequência, entre os anos de 1717 e 1718, que os espanhóis daquelas cidades começaram a entrar em maior número

nas Vacarias do Mar, e a acreditar no depoimento dos Padres, a destroçá-las, pela forma imoderada com que se entregavam à caçada das vacas e dos touros; e, entre 1719 e 1720, que afirmaram públicamente junto do governador de Buenos Aires a sua vontade de excluirem os índios da partilha das grandes manadas da Vacaria do mar (10).

Ao responder àquêlê mesmo questionário tôdas as testemunhas foram unânimes em denunciar que o objetivo principal dos espanhóis era ficarem sós em campo para entreterem o comércio clandestino com os portugueses.

Se refletirmos agora em que a Colônia foi de novo entregue aos portugueses em 1716 e que nos dois anos seguintes chegaram os casais de transmontanos, gente vigorosa e sóbria, que em breve deram fecundíssimo impulso às atividades daquela povoação, podemos concluir que os espanhóis acorreram a auxiliar os portugueses no seu comércio de exportação, a trôco dos tecidos, e outras mercadorias muito cobiçadas em Buenos Aires e demais povoações platinas.

E' certo que os depoimentos destas informações jurídicas nem sempre merecem todo o crédito. Exemplifiquemos: um dos Padres da Companhia João de Yegros, respondendo a uma das perguntas do questionário referido, afirmava que a causa principal e única da situação desastrosa a que tinham chegado as Vacarias, era a permanência dos espanhóis durante anos inteiros vaqueando, nas campanhas, não para socorrer a cidade de Buenos Aires e de Santa Fé, como afirmavam, mas para vender fora da província e em particular aos portugueses da Colônia do Sacramento, o produto das suas fainas. Com êstes, continuava êle, faziam públicamente os moradores daquela cidade comércio nas estâncias que fundaram naquelas vacarias. E, como prova, referia-se o Padre ao que sucedera com o irmão Marcos de Villodas, o qual indo com quatrocentos índios percorrer aquelas terras, por ordem do governador de Buenos Aires, ao encontrar-se com duas companhias de portugueses e quando os cumprimentava com muita cortesia, explicando-lhe as razões daquela vinda às terras da Corôa de Castela, os lusitanos lhe responderam com golpes de espadim na cabeça e uma bala na perna, cujas feridas êle viu, pois ia por capelão; e, se aquêlê irmão não fôra defendido por um religioso que vinha com os portugueses, êstes o teriam matado.

Encontramos as próprias declarações do Irmão Marcos Villodas sôbre os encontros que tivera com vaqueiros espanhóis e ranchos portugueses, naquele mesmo ano, entre os quais aquêla a que se refere o Padre Yegros. Vale a pena cotejar os dois testemunhos, já que a comparação nos elucida sôbre a violenta inimizade dos jesuítas espanhóis aos portugueses, e a maneira como, chegada

(10). — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Col. de Angelis*, I — 29, 4, 10.

a ocasião, coloriam a seu modo o relato dos fatos. Em fins de dezembro de 1718, o Padre João de Yegros e o Irmão Marcos Villodas da Companhia de Jesús conduziam, a pedido do governador de Buenos Aires, D. Bruno Maurício de Zavala, quatrocentos índios das reduções, em companhia de alguns soldados espanhóis, comandados pelo tenente Francisco Gutierrez, através do território das Vacarias do Mar.

Essa tropa conjunta, depois de alguns conflitos com vaqueiros espanhóis, divisou alguns ranchos de portugueses, que estavam fazendo couros às margens do rio Rosário, e a leste da Colônia.

Eis o que a esse respeito narra o Irmão Villodas: um espia, que fôra enviado a explorar a terra, voltou com a notícia de que a três ou quatro léguas, sôbre as margens do rio Rosário, descobrira portugueses, que ali tinham vários ranchos, cavalhadas, dois currais e algumas carretas. Dizia igualmente que avistara quatro homens matando uma vaca. Com esta notícia, a tropa preparou-se, com alvoroço, para atacar e colher os portugueses de surpresa. Tendo largado pela manhã, chegaram cêrca de meio-dia à paragem indicada pelo índio. Mas, aí chegados, o tenente Gutierrez recusou-se sob pretextos vãos, a tomar qualquer iniciativa, antes de dar notícia do caso ao governador de Buenos Aires. Advirta-se que os soldados espanhóis e os próprios oficiais eram muitas vêzes cúmplices, por interessados, no contrabando com os portugueses. Essas as razões prováveis que inibiam aquêl official.

Instaram os dois jesuítas repetidamente com êle para que atacasse os portugueses ou, quando menos, deixasse espias nas paragens, até conhecer a resolução de governador. Convencidos enfim de que o tenente não desejava entrar em ação, foi o Irmão Villodas com três índios reconhecer o lugar assinalado. A esse tempo já os portugueses, avisados por um dos índios das reduções e pelas suas sentinelas e espias, haviam abandonado com precipitação o campo. Assim se explica que o jesuíta deparasse ali, além de dois touros esfolados, os referidos ranchos, tôdas as carretas, algumas vacas atadas e duas pilhas com cêrca de 200 couros. O Irmão Villodas apressou-se a lançar fogo aos couros e aos ranchos, após o que se retirou.

Passava-se isto em 31 de dezembro de 1718: um mês depois, segundo informe do próprio Villodas, os índios da sua partida encontraram de novo e atacaram os ranchos duma estância dos portugueses da Colônia, a várias horas de distância da praça. Os portugueses, apercebendo-se da chegada dos índios, retiraram-se apressadamente.

Saqueados os ranchos e levada a notícia à praça, acorreram em desfôrço alguns soldados portugueses. Não diz o Irmão Villodas se ordenou ou não o saque e destruição dos ranchos. Mas os precedentes autorizam-nos a afirmar que êle, quando menos, os inspirou. No calor da refrega e da vindicta os portugueses,

que presumivelmente sabiam já do outro assalto, feriram o jesuíta e levaram-no prêso para a Colônia. Aqui relata êle, foi tratado com as maiores atenções e carinho pelos Padres da Companhia e pelo próprio governador que o mandou soltar e pôr na guarda do rio de São João (11).

O Padre Yegros, que foi testemunha dos dois assaltos aos ranchos portugueses, ao responder, três anos mais tarde, ao questionário, que atrás referimos, contava, não obstante, êstes fatos, como se o cortês e sofrido irmão Villodas houvera sido a vítima inocente da violência cega dos portugueses.

Acabamos de assistir a um dos episódios típicos da oposição que os jesuítas do Uruguai e os governadores de Buenos Aires faziam à expansão dos portugueses e às suas fainas ganadeiras nas Vacarias do Mar. Típicos, pois nos deixam ver e presumir, por êste exemplo, como se comportavam, por via de regra, as duas fôrças associadas em relação aos portugueses. Da parte dos jesuítas um ódio implacável e a utilização dos índios para satisfazê-lo; do outro, as ordens, nem sempre sinceras dos governadores de Buenos Aires, com freqüência mal cumpridas ou iludidas pelos seus subordinados. Para lá de um que outro governador, mais honrado e isento, oficiais, soldados, vaqueiros, e mercadores espanhóis entendiam-se fãcilmente com os portugueses; e solidarizavam-se todos contra o inimigo comum: os Padres da Companhia.

Não obstante, os documentos guardam memória dalgumas ordens do governador da Colônia, nesta época D. Bruno Mauricio Zavala, que foram religiosamente cumpridas. Pelo menos desde 1722, já Cristovão Pereira de Abreu se encontrava de novo na Colônia do Sacramento, auxiliando com o seu costumado ardor a transformá-la num vasto empório de exportação dos couros. Nesse ano um alferes e dez soldados espanhóis, que rondavam as campanhas, conseguiram tomar sete carretas e catorze escravos, que pertenciam a Cristovão Pereira. Êste, ao saber daquele assalto por um dos negros, que conseguira escapar a cavalo, reuniu oito amigos e com êles correu sôbre a' pequena fôrça espanhola, que, atacada de improviso, largou a prêsa para salvar as vidas. O alferes, na precipitação da fuga deixou a capa e a espada, e, no justo receio do castigo pela sua fraqueza mandou pedir que uma e outra lhe fôssem devolvidas, ao que o chefe português generosamente acedeu (12).

Sob o impulso de Cristovão Pereira e o esforço dos transmontanos, o comércio dos couros tomou incremento enorme. Desde 1726 até 1734, a exportação anual variou entre 400 e 500 mil cou-

(11). — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Col. de Angelis*, I — 29, 4, 5; I — 31, 32, 20.

(12). — Êste incidente é contado com tôdas as pompas do estilo gongórico da época, por Simão Pereira de Sá, contemporâneo dêstes fatos, na *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento*, Rio, 1900, pg. 104-105.

ros, soma enorme, que só pode explicar-se por uma colaboração muito assídua dos espanhóis. Em 1726, um só combôio de dez embarcações que chegara carregado de mercadorias, partiu da Praça para o Rio de Janeiro, transportando 400.592 couros secos e uma soma avultadíssima de prata, proveniente da venda das mercadorias (13).

Aliás, desde 1722 que a prata amoedada do Perú começava a afluir de Buenos Aires e a escapar-se clandestinamente pela Colônia para o Brasil e Portugal. Regressava-se, por modo diverso, mas não menos eficaz, à situação do século anterior, durante o período filipino, quando o comércio marítimo dos navios portugueses em Buenos Aires supria com a prata a escassez de numeração no Brasil. Se agora o ouro das minas substituíra em importância a prata, esta passara a servir em vez de cobre, de moeda miúda, para trocos.

Fugaz era no entanto o proveito do escambo das mercadorias pela prata de Buenos Aires. Transportada da Colônia para o Brasil e do Brasil para Portugal, escoava-se dali, e pelas mesmas razões que o couro, para os reinos estrangeiros. Ainda que em data, um pouco posterior, uma série de documentos sobre este problema deixam-nos perceber a importância da prata espanhola para o comércio português e o mecanismo da sua difusão por intermédio de Lisboa, nos restantes países da Europa.

A 17 de dezembro de 1742, o Provedor da Casa da Moeda, José Ramos da Silva, pai da romancista Teresa Margarida da Silva e Orta e do escritor filosofante Matias Aires, ambos paulistas, dirigia-se ao rei informando-o: “Nesta ocasião da frota do Rio de Janeiro há notícia de que em várias partidas de prata de pessoas particulares para seus negócios, e está a Casa da Moeda tão exausta de trocos, que seria grande providência comprar-se a dita prata para se fazer em dinheiro miúdo”, e acrescentava: “Ainda que o Conselho da Fazenda deu a providência necessária para se fazer dinheiro de cobre e se tem feito algumas partidas dêle, contudo é tão pouco, pela necessidade em que os povos se acham, que atualmente é um labirinto a pedirem o dito cobre para se remediarem de trocos; e os contratadores que se obrigaram no Conselho da Fazenda a mandar vir o cobre em chapa para se cunhar na Casa da Moeda, tem representado o quanto lhes é dificultoso importá-lo dos reinos estrangeiros com a brevidade necessária, assim pela razão das guerras que há entre elles, como pelas distâncias. E nestes termos o dito cobre não só é preciso para as ligas desta Casa da Moeda, como também para as casas da moeda do Brasil que delas se pede com muita recomendação”. E o velho Provedor propunha que se desse ordem ao Tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa para comprar por conta da Fazenda Real tôda

(13). — V. Rego Monteiro, obra cit., T. I. pg. 194.

a prata que fôsse precisa, para se fazer em dinheiro miúdo”. E concluía “ainda que seja por maior preço do que o antigo regimento dispõe, porque tem levantado a dita prata nos reinos vizinhos”.

Ouvindo, o Procurador da Fazenda, deu parecer favorável. O Fiel da Casa da Moeda, Antônio Martins de Almeida, a quem se enviou também a consulta, em princípios de janeiro dêste ano de 1743, aprovava não só o parecer, mas defendia o alvitre de se comprar a prata por um preço maior ao que mandava o regimento.

Reconhecia, como tôda a gente, a urgência de fabricar moeda fracionada, mas ponderava que a dificuldade consistia em estabelecer a proporção entre o valor intrínseco do metal e o extrínseco da moeda, inclinando-se para a regra de que essa proporção deveria ser conforme às comodidades do comércio.

Argumentava êle com a prática dos demais reinos da Europa onde se attribuia mais valor à prata tôdas as vêzes que os seus vizinhos lhe aumentavam o preço, “fundados em que êste precioso metal, ao modo das outras mercadorias sairá naturalmente para onde mais valor tiver”. E exclamava “é rigorosa coisa, Senhor, que entre os vassallos de Vossa Majestade corra uma estimação na prata, que com o passar da raia de um reino para o outro receba tão grande aumento como o que tem nos mais reinos da Europa”. Lembra que a experiência ensinara que era incrível a quantidade de prata que por essa razão saía de Portugal. E que os últimos miúdos dêste metal que se haviam fabricado na Casa da Moeda tinham desaparecido com grande brevidade.

Terminava, pois, por aconselhar a que se comprasse a prata, chegada na frota do Rio de Janeiro, por sete mil e cem réis, sendo de lei de onze dinheiros, e a esta proporção a que fôr de mais ou menos lei. E que se fizesse em moeda miúda de seis vinténs para baixo elevando-se o preço do marco para sete mil e quinhentos réis.

A êste parecer se opôs o Conselheiro da Fazenda, Diogo de Mendonça Côrte Real, o Moço, insinuando ao Rei o grave escrúpulo de alterar o valor da moeda, pois representava má fé para os estrangeiros e grande ruína para os nacionais.

Ilustrada com êstes pareceres, voltou a consulta ao Provedor da Casa da Moeda, mas deu-se o caso que José Ramos da Silva por motivo de doença de que em breve havia de falecer, fôra substituído por Matias Aires, seu filho. Êste, favorável também à compra imediata da prata, punha grandes limitações ao parecer do Fiel da Casa da Moeda. Parecia-lhe temerário levantar o valor da prata, depois de reduzida a dinheiro, e comentava: “Também se diz na mesma resposta que o levantar o valor ao dinheiro de prata é o meio de evitar a extração dêle. A verdade do caso é que, ou se levante o valor do dinheiro, ou se deixe ficar no estado em que está, sempre haverá extração dêle. A razão é porque tôdas as vêzes que em um país não há gêneros e manufaturas correspondentes aos que vêm de fora, entre os quais possa haver uma

espécie de troca ou permutação, precisamente se hão de extrair os metais, pois em tal caso êles entram no comércio como gêneros e suprem a falta dêles, vindo a ser transportados para aquêlas partes donde vêm os gêneros, que não podemos compensar com outros. Daqui procede não só a extração da prata, mas também do ouro, ainda que neste é menos visível o dano pela abundância com que a América se desentranha” (14).

Matias Aires, que mantinha seguramente estreitas relações com Alexandre de Gusmão, defendia aqui as mesmas idéias que mais tarde, em começos de 1749, o grande santista expunha ao Rei no *Apontamentos discursivos sobre a extração da Moeda para os reinos estrangeiros*. Influência de qualquer dêles sobre o outro? Não: apenas a partilha dum patrimônio de cultura francesa, comum aos dois.

Quer o Fiel da Moeda, quer o seu Provedor interino (mas que em breve, por morte de seu pai, ia tornar-se efetivo) estavam na razão. Sem dúvida, a desproporção do Câmbio da prata implicava o seu êxodo para o estrangeiro. Remediar êsse mal, em relação ao ouro, fôra uma das preocupações de Alexandre de Gusmão, ao conceber o sistema da capitação. Mas não era menos certo que, fôsse ou não aumentado o valor relativo da moeda, manter-se-ia a sua extração para os países estrangeiros, enquanto durasse a grave carência das indústrias nacionais, que tornavam Portugal tributário dos países estrangeiros e, principalmente, dos tecidos da Grã-Bretanha.

Se a prata espanhola, vinda de Buenos Aires, por intermédio da Colônia do Sacramento, se limitava a sustentar o esplendor fugaz duma riqueza, relativamente fácil, no Brasil e em Portugal, o mesmo não se dava com a indústria da ganadeira, a qual, lançada pelos portuguezes nas margens sententrionais do estuário platino, era pouco depois partilhada pelos espanhóis. A ganadeira veio, assim, a criar um novo gênero de vida e um novo tipo social: o do vaqueiro, sem domicílio e sem lei, centauro livre que rodava a cavalo pelas campanhas, nômade como os índios, cuja cultura assimilara e fundira com a da grei ibérica de onde provinha, roubando estâncias, raptando índias, e vendendo cavalos, mulas ou vacas aos portuguezes, desde a Colônia até Laguna. Ao novo tipo social, moldado por êste gênero de vida, chamou-se o *gaudeiro* e depois o *gaúcho*.

Estamos neste caso em condições de fixar as raízes ibéricas e híbridas daquele gênero de vida e do tipo social a que deu origem. O que vale dizer as origens, e a razão específica de ser duma nação, o Uruguai.

Estará o leitor recordado que as muitas testemunhas da informação jurídica, aberta pelos Padres jesuítas da missão do Uru-

(14). — Esta série de documentos encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cód. I — 5, 3, 59.

guai coincidiram tôdas em declarar que os moradores de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes só, por volta de 1717 ou 1718, começaram a entrar nas Vacarias do Mar, para se entregar às fainas da ganadeira. Tôdas declararam igualmente que desde essa data aquêles moradores se habituaram a permanecer anos seguidos, caçando sem medida as vacas para se vender ou os respectivos produtos, aos portugueses da Colônia. Entrada e permanência de santafecinos e buenarenses nas campanhas do Uruguai coincidiram exatamente com a terceira fundação da Colônia por portugueses, a chegada em número relativamente grande dos casais transmontanos àquela praça e o reaparecimento dum português, homem de grandes iniciativas comerciais e industriais, Cristovão Pereira de Abreu. Reconstruída a Colônia, recomeçou também a deserção dos portugueses, que em grande número buscavam a vida mais larga e fácil que lhes ofereciam as povoações platinas. Governava a Colônia desde 1722, o célebre Antônio Pedro Vasconcelos, grande chefe militar que obrigava todos os moradores da praça, e, em particular, os soldados a uma disciplina severa. As deserções eram freqüentes. E em tôdas as classes. Não só os soldados, mas alguns oficiais e até funcionários superiores se aproveitavam de qualquer ensejo para se evadirem.

Mais que ninguém, os soldados vaqueiros eram favorecidos nesse desígnio, pelas circunstâncias. Os portugueses caçavam as vacas a cavalo e a tiro. Armados de espingarda, e cinturão abastecido, os que saíam da praça a vaquear e se afastavam nas suas correrias atrás das distantes manadas que vagueavam longe da Colônia, eram irresistivelmente solicitados a abandonar a tropa a que pertenciam, para se incorporarem aos vaqueiros espanhóis que vagabundeavam nas campanhas e partilhar da sua vida sôlta. Quando teriam começado os desertores portugueses a associar-se aos foragidos espanhóis que erravam nas campanhas?

Podemos citar uma carta do Governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, na qual, em agosto de 1728, se referia ao fato de que nas campanhas entre a Colônia e o Rio Grande “andavam já coisa de trinta portugueses e sessenta castelhanos” e dêstes últimos dizia que eram “gente criminosa em Buenos Aires e bandoleiros” (15). Lembremo-nos que para a Colônia se enviavam degredados e que êstes não seriam, por via da regra “os últimos a desertar, atraídos pela vida daqueles bandoleiros”.

Mais tarde o Padre Diogo Soares, que estava na Colônia havia um ano, escrevendo ao Rei em julho de 1731, referia-se também e por mais que uma vez aos desertores que abandonavam aquela Praça.

Depois de afirmar a necessidade de fortificar o Rio Grande, comentava: “Verdade é que não serão poucos os desertores, não

(15). — *Documentos interessantes*, vol. L, pg. 193.

obstante ter-me mostrado a experiência que êstes buscam antes a guarda do (rio) de São João que o Rio Grande...”

A opção equívania neste caso à da vida sedentária mais ou menos tranqüila das povoações espanholas, que lhes permitia a incorporação à sociedade das províncias platinas, representava pela guarda do Rio São João, em vez da vida nômade e insegura das campanhas do Rio Grande, pois aí não havia por então qualquer estabelecimento fixo.

Mas que alguns desertores se escapavam nesse direção e para correr os riscos daquela vida aventureira, se conclui da seqüência da carta do Padre Diogo Soares.

“Também não nego que pode haver alguns furtos nas cavalhadas e gados desta Colônia, mas creio que perto de 20.000 rezes que faltaram nas de V. Majestade pouco antes que eu aqui chegasse, não foram os desertores do Rio Grande os que se aproveitaram delas” (16).

Quer dizer, a construção da fortaleza e a fundação do presídio do Rio Grande provocariam imediatamente as deserções entre os soldados da sua guarnição: e os desertores haviam de entregar-se pela fatalidade do meio geográfico e social que os recebia às práticas ilícitas dos *gaudérios*, aumentando assim os furtos dos cavalos e gados da Colônia.

Avaliava o governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, no ano de 1728, por informações diretas ali colhidas, em sessenta espanhóis e trinta portugueses, os “bandoleiros”, que vagueavam nas campanhas do Rio Grande, “até ao cerro de São Miguel e rio de Martim Afonso”. Em que proporção teria crescido nos anos seguintes esta população? Nem os documentos o registam, nem seria fácil calculá-los. Também os documentos espanhóis, por nós consultados, não esclarecem esta dúvida. Um dado possuímos, todavia, para avaliarmos quanto era grande o número dos desertores da Colônia. Em carta de 12 de setembro de 1695, o Procurador das Províncias do Prata, Gabriel de Aldonate y Rada em petição dirigida ao rei, informava, com alarde, que desde 1682 até àquela data haviam passado às Províncias e cidades platinas e peruanas mais de 300 portugueses evadidos daquela praça. O procurador, após denunciar os perigos desta afluência de portugueses, pedia ao Rei que tomasse as devidas providências para que fôssem todos recolhidos à cidade do Esteco (17).

Se entre 1682 e 1695, durante um período de treze anos e quando a Colônia iniciava com escassos recursos e povoadores a sua carreira, foram tão numerosos os desertores, pode calcular-se como teriam aumentado desde 1716, quando a população crescera

(16). — Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, Antecedentes*, t. I, doc. n.º LIX.

(17). — *Campaña del Brasil, Antecedentes coloniales*, pg. 367, 368.

ràpidamente e mais que tudo aumentara a guarnição com tropas estranhas ao núcleo e ao meio dos casais transmontanos.

Seria de estranhar até que em 1728 fôsem apenas trinta os portuguezes que andavam nas campanhas: mas é certo que o governador Vahia Monteiro se refere exclusivamente aos que vadeavam na campanha do Rio Grande, por opposição à da Colônia, e que já então podiam, de parceria com os espanhóis, suprir um comércio razoável de couros, que as embarcações do Rio vinham buscar àquele pôrto. E é de presumir que nas campanhas do Sul fôsse maior aquêlê número.

Estas relações dos gaudérios ou gaúchos com os portuguezes, a quem vendiam gado vacum, cavalar ou muar, mantêm-se, segundo o testemunho de viajantes e escritores espanhóis, durante todo o século XVIII.

Mas relações mais íntimas podiam travar-se entre portuguezes fora da lei e os que viviam dentro dela. Quando em 1735 reventou o conflito do Prata e os espanhóis se preparavam para sitiá a Colônia, o seu governador, Antônio Pedro de Vasconcelos, cuidou imediatamente de mandar aviso por terra a São Paulo e ao Rio; de arrebanhar gados para a Colônia nas campanhas mais distantes; e, sendo possível, ocupar o passo de Rio Grande. A 29 de outubro de 1735, o brigadeiro José da Silva Pais, que então governava interinamente a capitania do Rio de Janeiro, escrevia ao conde de Sarzedas, governador de São Paulo e, referindo-se aquêlê fato, comunicava que a Antônio Pedro de Vasconcelos se offercera um Domingos Fernandes de Oliveira “não só para trazer os avisos por terra, *senão também convocar alguns desertores que se pudessem juntar*, passarem à pampa e rebanharem todos os gados para a nossa parte” (18).

Domingos Fernandes de Oliveira, depois de atravessar as campanhas do Uruguai, chegou a situar-se com a sua pequena força a 10 léguas da barra do Rio Grande. Atacado por um côrpo de tropa espanhola, muito mais numerosa, sob o comando de Estevão del Castillo, caiu em poder do inimigo com mais vinte e cinco homens. Apenas alguns dos seus subordinados lograram evadir-se.

Pela carta de Silva Pais, ficamos sabendo que não só continuavam os desertores portuguezes a vaguear na pampa, mas que dentro da Colônia havia quem antecipadamente contasse com o seu auxílio, o que supõe relações anteriores entre os dois grupos. De quantos homens se comporia o pequeno corpo de Domingos de Oliveira e qual, dentro dêle, a proporção daqueles desertores?

Como o governador da Colônia não podia distrair, em véspera de ataque à praça pelos espanhóis e os índios tapes, um número apreciável de defensores, supomos que a maior parte dos

(18). — V. General João Borges Forte, *Rio Grande de São Pedro*, pg. 58-59 e todo o capítulo *A Colônia do Sacramento e o Rio Grande*, onde se refere largamente à missão de Fernandes de Oliveira e à sua substituição, em 1736, por Cristovão Pereira.

homens arregimentados por Domingos de Oliveira seria de desertores, dos que erravam pelas campanhas do Uruguai e do Rio Grande.

Mas a posição do passo do Rio Grande já então importava demasiadamente à economia do Brasil, e muito mais em ocasião de guerra para ser abandonada. Antônio Pedro de Vasconcelos escreveu, pois, ao conde de Sarzedas, indicando-lhe o nome de Cristovão Pereira de Abreu, que então se encontrava no Rio de Janeiro ou nas Minas, como a única pessoa capaz de substituir com vantagem Domingos de Oliveira na sua missão. Em marcha, Cristovão Pereira escrevia a Gomes Freire de Andrade, de Santos, comunicando-lhe que se dirigia por terra ao seu destino com o propósito de incorporar alguns voluntários pelo caminho” e os que mais houver nas vizinhanças do Rio Grande” (19). Já no Rio Grande de São Pedro, a 19 de setembro de 1736, comunicava de novo a Gomes Freire de Andrade o resultado das suas deligências e como encontrara no Rio Grande” sessenta pessoas postas da outra parte, e esperando por mim” (20). E’ de calcular que a maior parte dessas pessoas, “postas da outra parte”, isto é, do Sul do Canal, e a que não chama soldados, note-se bem, fôsem os antigos desertores, reunidos pelo seu antecessor. Não nos faltam razões para o supor. Não só, à sua chegada, êle soube que êsses homens acabavam de atacar uma estância das reduções dos Padres e algumas toldarias dos minuanes, desordens muito próprias de gaudérios, e que podiam embaraçar a ação do seu novo comandante, mas não tardava que em carta de fins de janeiro de 1737, Cristovão Pereira se queixasse a Gomes Freire de Andrade de que alguns dêsses homens haviam desertado e dos seus demandos (21).

As deserções continuavam pois a alimentar êsse fundo de pré-gaúchos indisciplinados e depredadores, que vagueavam, quer nas campanhas do Uruguai, quer do Rio Grande do Sul. E pela primeira vez, ao que supomos, os responsáveis e representantes do govêrno, procuram arregimentá-los de novo, chamando-os à disciplina militar, para defesa do Estado.

Volvidos trinta anos sôbre estas informações de Vahia Monteiro, o navegante francês Bouganville escrevia: “Formou-se desde alguns anos ao norte do Rio da Prata uma tribo de gente inculta que poderá converter-se cada vez mais em núcleo perigoso para os espanhóis, se não se tomarem medidas prontas para a sua destruição. Alguns malfetores escapados à justiça tinham-se retirado para o norte de Maldonado. Agregaram-se-lhe muitos desertores. E insensivelmente cresceu o número dêles. Com as mu-

(19). — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV trimestre de 1946, pg. 425.

(20). — *Ibidem*, pg. 358.

(21). — V. Aurélio Pôrto, *ob. cit.*, pg. 366-367.

lheres tomadas aos índios começou uma raça que vive apenas de pilhagem. Assegura-se que passam já de 600 (22).

Os historiadores platinos citam êsse texto como sendo o primeiro que se refere a esta nova agrupação social. E só mais tarde viajantes e demarcadores espanhóis, como Aguirre, Oyarvide e Azara, em suas descrições caracterizam os gaúchos ou gaudéricos como homens rústicos e descalços, envoltos no poncho, "hipocentauros" ou "sátiros", aos quais não falta a viola e o cavalo, as bolas, o laço e a faca para apanhar uma rez e assar a carne de que se alimentam, trabalhando apenas para adquirir o tabaco que fumam ou o mate que bebem sem açúcar, durante todo o dia.

Apesar disso, como vimos, as origens do gaúcho podem rastrear-se desde muito mais cedo e seguir-se a formação do tipo, através dos documentos durante o meio século anterior ao texto de Bougainville. Muito antes dessas referências, o governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, tendo-lhe constado, em agosto de 1735 que muitos espanhóis vagueavam, entregando-se à pilhagem, nas campanhas setentrionais do Rio da Prata e se refugiavam, sob vários pretextos, nas estâncias das reduções dos índios da Companhia de Jesús, onde praticavam extorsões e roubos, mandava aos alcaides dos Sete Povos que não dessem abrigo a nenhum espanhol sem licença especial para transitar por êles. E ao Padre Superior daquelas reduções rogava que mandasse distribuir por tôdas elas a cópia dessa ordem (23).

Mas, na verdade, padres e corregedores pouca autoridade poderiam exercer sobre os índios que viviam nas estâncias, onde guardavam o gado cavalariço e vacum e que se estendiam por larguíssimas distâncias. Para se avaliar das possibilidades da inobediência dos índios aos Padres, seus diretores, tomemos um caso dos mais típicos. Como é sabido, alguns milhares de índios, sob o comando dos Padres jesuítas, auxiliaram os espanhóis a sitiarem a Colônia durante os anos de 1735 a 1737. Ora, a 28 de fevereiro de 1738, o governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, ordenava, com aspereza, ao Padre Lourenço Daffe que se retirasse imediatamente com seus índios para as reduções. Acusava-os nada menos de que haverem introduzido carnes dentro da mesma praça que estavam sitiando; de entrarem e saírem dela, aos grupos de trinta, em público e dia claro. Não obstante os reiterados pedidos àquêle Padre para dar remédio a semelhante escândalo, foi necessário que as tropas espanholas se opusessem pelas armas à traição desses índios. Tinham êles levado a ousadia até sair de noite, em grande número, para atacar as guardas espanholas. Por isso o governador ordenava ao Padre que no prazo máximo de três dias,

(22). — Bougainville, *Voyage autour du Monde*, Paris, 1771, transcrito por Pablo Blanco Acevedo, obra cit., pg. 187.

(23). — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Coleção de Angelis*, I-29-4-53.

se retirasse com os seus índios para as reduções, e que não permitisse a nenhum ficar nas campanhas (24).

Não eram apenas desertores de tropas de guarnição os portugueses que se juntavam a estes bandos de espanhóis. Outra ordem do governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, dos princípios do ano de 1740, deixa-nos entrever que outra espécie de portugueses e por outros motivos se juntasse à turma dos gaudérios.

Ao governador Salcedo constara que nas campanhas imediatas à redução de Santo Ângelo, um dos Sete Povos Orientais do Uruguai, se encontravam vários portugueses que haviam fugido da província de São Paulo com seus bens e escravos. Resolveu o governador fazer conduzi-los a Buenos Aires com tôda a segurança e sigilo. Deu, em consequência, ordens a D. Nicolau Melordui, segundo ajudante daquela cidade, para que passasse com vinte soldados à redução do Japeiu e daí a Santo Ângelo, para se fazer cargo das pessoas e bens daqueles portugueses e conduzir tudo à capital portenha. E porque o bom êxito da missão dependia de auxílio que lhes dessem as reduções da Companhia, levava ordens para os Padres, corregedores e caciques respectivos ministrarem as balsas, carruagens e mantimentos que fôssem necessários aquêl official (25).

Não se conhecem os resultados da missão ordenada por D. Miguel de Salcedo. Em vão procuramos documento que os esclarecessem. Mas não é crível que portugueses de São Paulo, isto é, paulistas com a prática do bandeirismo, se deixassem colher com a facilidade sonhada pelo governador de Buenos Aires. Inclina-mo-nos, sim, a crer que, pelos seus contactos com os índios ou os gaudérios da região, êles fôssem avisados a tempo de ludibriar a diligência do ajudante Melordui. E se êles, como se depreendidos dizeres daquele governador, eram foragidos à justiça, tão pouco poderiam acolher-se aos núcleos já então organizados e sob a direção militar do Rio de São Pedro.

Julgamos haver trazido com os documentos aqui citados novas luzes ao problema da formação do tipo social do gaúcho. Os historiadores platinos não andam longe das conclusões a que chegamos. E' assim que referindo-se a êste problema Pablo Blanco Acevedo escreve:

“Mezcla heterogenia de aborígenes, de españoles desertores de tropas regulares, de criolles nascidos en el proprio suelo, de brasileños y portugueses, las condiciones de su vida errante en la inmensidad del campo, sin mas sujecion que la autoridad da un jefe o de un caudillo, dieranle al gaúcho, producto tipico de un ambiente asi integrado, los caracteres precisos e indelebles con los quales ha pasado a la posteridad. El gaúcho rio-platense, el mon-

(24). — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Col. de Angelis*, 1-29, 4, 55.

(25). — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Coleção de Angelis*, 1-29, 7, 3.

tonero artiguista oriental o del litoral argentino fue en su origen una expresion unica y genuina de la campaña uruguaya. Surgió en el periodo anterior a la guerra guaranítica y constituyó una entidad defenida, quando España y Portugal se disputavan el tesoro de los ganados que pastavan libremente en las praderas del pais” (26).

Embora tão cheias de substância, estas palavras não atingem, ao que nos parece, o fundo do problema. Voltemos ao princípio, isto é, ao título deste capítulo. O berço do Uruguai, como do Rio Grande do Sul, foi o “Território da Colônia”, ou sejam as terras compreendidas entre a margem setentrional do estuário platino e a povoação da Laguna, sobre os quais Portugal reivindicava contra Espanha a soberania política. E’ deste choque de soberanias, naquella vastíssima Terra de Ninguém, que vai nascer o gaúcho, “expressão única e genuina” não só, como diz Blanco Acevedo, da campanha do Uruguai, mas também como nós mostramos, da campanha do Rio Grande de São Pedro e da própria República Argentina. Os gaudérios ou gaúchos nascem conjuntamente dum gênero de vida novo, cujas sementes foram lançadas pelos portugueses, em opposição essencial aos jesuítas, e dum hibridismo de cultura ibero-ameríndio.

Há nesta gênese do gaúcho qualquer coisa de semelhante à dos bandeirantes paulistas.

Embora se filie na indústria da ganadeira, criada pelos portugueses à margem do estuário platino e sofrida, por muito tempo, sem hostilidade declarada pelos governadores de Buenos Aires, esse gênero de vida cêdo revestiu o caráter duma atividade ilícita e proibida. A nova sociedade dos gaudérios nasce da ilegalidade do contrabando. Germina à margem da lei, mas alimentando-se do que havia de inumano e de absurdo nessa lei.

Colocado fora da sociedade organizada, o gaudério regride ao primitivismo dos índios e à indisciplina, amoralidade e violência daqueles que a sociedade com obstinação repele.

Quando mais tarde o Estado, e os seus representantes, mercê de circunstâncias novas, procuram valer-se dos seus serviços e enquadrá-los em organismos próprios, eles reentram pouco a pouco na disciplina comum a esse novo grupo, embora guardando sempre a frugalidade silvestre, a bravura inata e o amor do perigo, da aventura e da independência, que constituem o travo específico do seu caráter e tipo social.

Limitar, como faz Blanco de Acevedo e outros historiadores uruguaios, o *habitat* e a formação desse tipo à campanha uruguaya, é apoucar também os fundamentos sociais e históricos da República do Uruguai. Os desertores portugueses ou “bandoleiros” espanhóis, igualmente inadaptados à disciplina da sociedade a que fugiam, que se tornavam vaqueiros e contrabandistas, e, por hibri-

(26). — *Obra cit.*, t. I, pg. 186-187.

dismo final de sangue e de cultura, sazouaram no tipo do gaúcho, fôsse evadidos de Buenos Aires, de Santa Fé, da Colônia, da Laguna ou de São Paulo, terminaram por amalgamar-se no mesmo grupo laxo que se estendia desde as margens do Prata à Laguna, desde as estâncias dos Sete Povos até ao mar ou às Lagoas Mirim e dos Patos.

E' certo que em dois documentos portugueses, as cartas de Vahia Monteiro e a do Padre Diogo Soares, que se refrem aos desertores portugueses e à sua promiscuidade com os espanhóis, se alude a dois grupos: o da campanha da Colônia e o da campanha do Rio Grande. Ao que supomos esta diferenciação é de ordem geográfica e não social.

Desde os começos do século XVIII, pelo menos, se praticavam as comunicações diretas por terra, entre a Colônia do Sacramento e a Laguna. Em 1703 um certo Domingos da Filgueira escrevia o "Roteiro por onde se deve governar quem sair por terra da Colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou Vila de Santos" (27).

Segundo o roteirista, saíndo da povoação da Colônia, marchava-se, durante vinte e três dias, até à serra de Maldonado e à costa de Castilhos. Daí tomava-se e seguia-se constantemente a praia até dar em povoado, o qual naquele tempo se deparava apenas na Laguna. De Castilhos até o Rio Grande tardavam quinze dias. Aí chegados era necessário construir uma jangada para atravessar a barra. Daí até a Laguna gastavam-se ainda trinta dias. Mas as chuvas e outros contratempos alongavam a viagem por mais tempo.

Por esta espécie de cordão umbilical, que era o trajeto costeiro entre a praia de Castilhos e a Laguna, se unia o Rio Grande às campanhas da Colônia. Até às lagoas Mirim e dos Patos, com pouca diferença, se alargavam as estâncias dos Sete Povos, onde vagueavam as tropas de índios, a cavalo, comandadas por jesuítas ou pelos seus "comissários". Muito mais tarde, o geógrafo francês João Batista Bourguignon D'Anville, havia de referir-se àquelas incursões da "cavalaria dos Padres" até ao mar. Desta sorte, os viajantes que em pequenos grupos faziam a travessia da Colônia até as povoações portuguesas mais próximas, seguindo pela beiramar, buscavam duas vantagens: a duma estrada fácil e onde lhes era permitido caçar, a um lado, e pescar a outro; e, ao mesmo tempo, evitar os encontros inoportunos e perigosos com os tapes das reduções jesuíticas.

As campanhas da Colônia haviam sido, é certo, a matriz, onde sob a fecunda ação dos industriosos colonistas e de governado-

(27). — V. Simão Pereira de Sá, *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do rio da Prata*, ed. do Liceu literário português do Rio de Janeiro, 1900, com prefácio de Capistrano de Abreu no qual se inclui aquêl documento, pg. XLVI.

res e homens de poderosa iniciativa, como Naper de Lancastre, Veiga Cabral, Cristovão Pereira de Abreu e Antônio Pedro de Vasconcelos, se formara uma indústria riquíssima e um gênero de vida adaptado à geografia e riqueza econômica regionais. Dêsses primeiros anos do século XVIII datam, como vimos, os primeiros passos ainda frouxos e logo paralisados, da colaboração entre portugueses e espanhóis nas mesmas fainas. Retomada a Colônia pelos espanhóis, só em 1717 renasce, mas desta vez com redobrado vigor e para não mais se extinguir a indústria da ganadeira, em cujas atividades comungam igualmente os portugueses da Colônia e os espanhóis de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes.

Apenas cinco anos volvidos, já de novo temos notícia da comunicação por terra entre as campanhas da Colônia e a gente da Laguna. Mas desta vez o fato reveste-se duma importância bem maior.

Em carta escrita da Laguna por Francisco de Brito Peixoto, em 17 de agosto de 1752, ao governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, informava aquêlo grande pioneiro.

“Recolhendo-se a minha gente do Rio trouxeram sete castelhanos, e êstes vieram da terra nova (Colônia do Sacramento); e, como me pareceu acêrto, remeto a V. Exa. um dêles, por nome Roque Zoria, para informar a V. Exa. do que se passa pelas campanhas e na terra nova. Ao meu parecer é muito esperto e experiente, *por assistir sempre na habitação daquelas campanhas* (28).

Datam de então as relações comerciais entre êsses homens, que assistiam “sempre na habitação daquelas campanhas” e os habitantes da Laguna, e por meio dêles, os moradores das Minas. O mesmo Francisco de Brito em nova carta escrita da Laguna, a 18 de janeiro de 1723, noticiava ao mesmo governador que haviam chegado outros castelhanos à vila, “ficando catorze no Rio Grande da parte de lá (do sul da barra) com oitocentos rezes esperando licença para se recolherem com o gado nesta povoação a vender, e como os primeiros que vieram tiveram bom passaporte, o mesmo terão êstes outros, porque tenho presente a recomendação de V. Exa. de fazer amizade com os castelhanos”... e continuava: “Outro espanhol que foi para a cidade de Santa Fé me noticiou êste seu companheiro manifestara aos mercadores da dita cidade a maior facilidade que poderão ter no negócio com os portugueses nessa povoação, pela muita inconveniência e perdas que tem os ditos mercadores na terra nova (Colônia do Sacramento), porque atualmente lhes estão tomando as fazendas por perdidas os guardas, que são os soldados castelhanos do Rio de São João por ordem do governador de Buenos Aires...”

Observe-se que os outros espanhóis tinham ficado no Rio Grande, na margem sul da barra, isto é, que haviam seguido o mesmo caminho do roteiro de Domingos da Filgueira.

(28). — *Doc. Interessantes*, vol. XXXII, pg. 273.

Terminava a carta dizendo: “Também me noticiou o dito castelhano traziam muitas mulas e machos para venderem . . .” (29).

Começaram assim as grandes remessas de réguas cavaleares e mueres das campanhas do sul, pelo caminho da beira mar para a Laguna, e logo a construção da estrada, chamada dos *Conventos*, que ligava aquela povoação a Curitiba e a São Paulo.

Além do transporte e venda dos gados, que transformaram desde aquela data o Rio Grande do Sul num complemento econômico do Brasil mineiro, o capitão-mor da Laguna encarregou também os espanhóis do sul, de aliciar os índios minuanes a favor dos portugueses e contra os tapes e seus diretores espirituais e comandantes militares, os Padres da Companhia. A “cavalaria dos Padres”, que chegava até as margens da Lagoa dos Patos, procurava arrebanhar o gado e fixá-lo junto das reduções do Uruguai. Francisco de Brito Peixoto, com o auxílio dos minuanes, propunha-se desviá-lo, ao contrário, para as campanhas do norte, mais chegadas ao Mar.

Não se limitou a isto o presidente pioneiro. Buscou também que aquêles índios ocupassem o Serro de São Miguel, situado a noroeste da costa de Castilhos, e à beira do caminho que comunicava a Colônia com o Rio Grande (30). Tratava-se de um ato de posse contra os espanhóis, mas de que eram agentes Roque Zoria e os seus companheiros.

Para cimentar essa aliança com os minuanes, o capitão-mor da Laguna enviava-lhe de presente os mimos que mais cobizavam: a erva de congonha (mate) e a aguardente de cana. Mas a verdadeira aliança, consolidada pelos laços de interesse comercial, mais resistente que os ódios de nação, estabelecia-se por essa forma entre portugueses e espanhóis. O mesmo fenômeno, que se observara na Colônia repetia-se na Laguna. O comércio do gado vacum cavalari e muar, indispensável às Minas, atraiu da mesma forma os espanhóis para o norte, como a indústria dos couros e o seu comércio de exportação os levava irresistivelmente a colaborar com os colonistas. E aqui como lá, fundava-se, mercê dessas atividades proibidas, uma comunidade marcada pela clandestinidade.

A seguir os habitantes da Laguna baixaram até à barra do Rio Grande que ocuparam. Os espanhóis e os portugueses que habitavam promiscuamente as campanhas próximas começaram alimentar também o comércio de exportação de couros, por aquêles

(29). — *Ibidem*, pg. 284 e 285. Estas cartas e outras foram citadas e estudadas pelo general Borges Fortes em *Rio Grande de São Pedro (Povoamento e conquista)*, Rio de Janeiro, 1941, pg. 12-19.

(30). — O “Mapa que contém o País conhecido da Colônia até às Missões . . .” feito pelo coronel Miguel Angelo Blasco e o ajudante João Bento Python, em 1755, contém o traçado do velho caminho entre a Colônia e o Rio Grande e por êle se pode ver a importância estratégica, que então representava o Serro de São Miguel, em relação àquela passagem. O Barão do Rio Branco mandou fazer em Paris uma boa reprodução dêste mapa, do qual existem cópias em vários arquivos do Rio de Janeiro e dentre êles, em primeiro lugar, o do Itamarati.

pôrto e por Castilhos. Quanto mais os governadores de Buenos Aires dificultavam o tráfico proibido entre os colonistas e os espanhóis do Prata, mais cresciam as comunicações e o comércio de exportação pela barra de Rio Grande e o transporte das boiadas e das cavalhadas, para a Laguna e daí para as Minas.

Com a fundação do presídio do Rio Grande e do Forte de São Miguel, em 1737, aumentaram essas relações e com elas o complicado jôgo de interesses que opunham os minuanes ou charruas a índios tapes, portugueses e espanhóis, espanhóis a espanhóis, e leigos portugueses ou castelhanos aos Padres da Companhia. As mesmas condições geográficas e econômicas, que provocaram a formação do gaúcho nas campanhas do Uruguai, repetiam-se no Rio Grande. Mais do que isso, as circunstâncias políticas de oposição ou aliança contribuíram para fundir os dois grupos numa mesma entidade social, *sui generis*. Numa e noutra campanha, era o mesmo modo de vida, — a indústria do vaqueiro cujos produtos trocavam de preferência com os portugueses, pelo mate, o fumo e a aguardente; a mesma alimentação na base de carne de vaca; a mesma predominância do couro na indumentária, nos utensílios e instrumentos de trabalho; e o mesmo nomadismo dos índios, alheios ao direito de propriedade.

Esse tipo, cujo viver anárquico escondia uma vontade de realizar-se com plenitude e independência, tinha de evoluir até as manifestações da emancipação política, mas obedecendo então a um conjunto de circunstâncias, em que não teve pequena parte a geografia. Não nos esqueçamos de que as regiões, onde se desenvolveu o tipo do gaúcho, eram eminentemente propícias a evolução e diferenciação de grupos sociais.

Seja-nos permitido, neste ponto, citarmos-nos a nós próprios: “Em boa verdade, dissemos nós, quando relanceamos um olhar à parte da bacia do Prata que forma a vasta zona fronteira entre o Brasil de um lado, e o Paraguai, a Argentina e o Uruguai do outro, logo reconhecemos que se trata duma daquelas regiões, em que se encontram e combinam as formações geográficas e os gêneros de vida diferentes, e que, em geografia política, se designam por *zonas políticas ativas*, ou *zonas de eclosão dos Estados*. Ali se defrontam e conjugam o clima dos trópicos e o da zona temperada; ali, o planalto meridional com as planícies platinas; ali a floresta tropical e os campos cerrados com os pantanais do Paraguai, os matos do Chaco e as pradarias riograndenses, uruguaianas e das pampas; ali a zona do mate com a do quebracho; ali, a exploração florestal e as culturas tropicais com a pecuária e a cultura dos cereais e da vinha; a colonização pastoril com a agrícola, a fazenda com a estância e o *saladero*, e o gaúcho ou o índio das selvas com o sertanejo crioulo e o colono branco de estirpe ibérica. Quer dizer, tudo as mais complexas condições de clima, de relêvo, de ve-

getação, de raças, de cultura e gênero de vida estimulavam a fermentação política de novos Estados” (31).

Mas em parte alguma desse vasto território, tão marcado pela diversidade dos caracteres geográficos, econômicos e sociais, como no “Território da Colônia”, o conflito de soberanias, assentes dum lado e doutro em razões precárias ou falíveis, veio acrescentar a tôdas aquelas causas mais um poderoso estímulo político. Aí, nas campanhas uruguaias e rio-grandenses, à margem desse conflito, gerou-se uma comunidade ibero-americana, selada pelos interesses econômicos. Foi a primeira fase.

Assim como na Península Ibérica, Portugal e Espanha foram duas nações complementares, colaborando nos grandes desenvolvimentos da civilização, a que deram origem, também a América portuguesa e espanhola, duplicando aquêles fatos, formaram duas partes do mesmo todo, que teve por laço geográfico o Atlântico e a que chamamos já a Pan-Ibéria clandestina.

Clandestina desde as origens. Desde os reinados dos Reis Católicos. Os monarcas espanhóis, temerosos da capacidade de expansão dos portugueses, por infiltração náutica e comercial, zelosos da sua plena soberania, opuseram-se continuamente e por ordens muito repetidas à entrada dos seus vizinhos nas Índias de Castela e nos navios que ali se dirigiam. E a mesma frequência das ordens, ao longo dos séculos, está denunciando a sua inanidade, por via duma fatalidade econômica e social, contra a qual esbarraram sempre os desígnios da política de Estado.

Nações complementares dum e doutro lado do Atlântico, essa repetição do fenômeno assenta, quer na Ibéria, quer na América, na mesma base geográfica. Brasil e Portugal, considerados como frações dum todo, são as duas vertentes principais de dois grandes planaltos: lá a meseta ibérica; aqui, o altiplano andino. A meseta, onde se formara o pastoreio transumante e a mineração e sobre essa base o tipo senhorial de vida, repetiu-se na América andina, onde abriu, em maior proporção, as largas pistas do conquistador dos planaltos auríferos e argentíferos.

O gênero de vida do habitante da vertente ocidental da Ibéria, que fôra o comércio marítimo a distância com base na agricultura e nas indústrias extrativas, prolongou-se no Brasil, com uma indústria de base agrícola o cultivo da cana e o fabrico do açúcar.

Quer na Ibéria, quer na América, o espanhol pendeu para o gênero de vida opulenta e ostentosa; e o tipo social para o *hidalgo*. Ao invés, o português propendeu para as atividades e o estilo social da burguesia. Nunca em Portugal nada que se parecesse, como classe, aos grandes de Espanha. A arte náutica e o comércio marítimo, até ao século XVII e, durante o seguinte, a engenharia militar, com tôdas as suas conseqüências culturais, foram, na sua

(31). — *História de Portugal*, ed. monumental, sob a direção de Damião Peres, vol. VI, pg. 679.

continuidade colonizadora, uma tendência geral da nação incluindo a fidalguia em Portugal.

Esta divergência no gênero de vida e nos tipos sociais das duas grandes nações ibéricas, que marcam uma tendência geral, mas não uma regra de verificação constante, teve as suas consequências naturais na América. Lá onde o espanhol se furtava às atividades que manchavam seu lustre de senhor e *hidalgo*, aparecia o luso com sua maleabilidade e aptidões múltiplas de burguês. Era e tornava-se o associado indispensável de pequenas empresas comerciais e industriais. Deslocava-se no espaço e na profissão com rapidez pasmosa. Muitos desses portugueses tornaram-se pelo conhecimento geográfico e a compreensão da economia e da política, verdadeiros cidadãos da América. Refletiram problemas sociais de todo o continente. E foi essa superioridade de conhecimento e consciência que muito cedo emprestou impulso continental à expansão e à formação territorial do Brasil.

Aliás, por tôda a parte, na América espanhola, a colaboração do português foi aceita a contragosto, como uma espécie de mal necessário, mas sempre olhada com suspeita, quando não combatida com violência pelos representantes mais zelosos e isentos do governo de Madri. Por trás das atividades portuguesas, o espanhol, por via de regra, vislumbra a ameaça encoberta ou declarada à soberania nacional; e considerava com ciúme a prosperidade dos seus vizinhos de Portugal ou do Brasil em atividades, para que êle não tinha propensão.

Se no Perú os portugueses auxiliaram poderosamente a exploração das minas de prata e ouro, principalmente das últimas que se praticava, a grande altitudes, no leito das correntes de montanha (32) não foi aí que as suas atividades mais se distinguiram, mas, sim, criando indústrias extrativas, como a do mate, no Paraguai (33) ou fomentando as de base agrícola, como a do fumo na Venezuela (34); ou estabelecendo uma rêde de tráfico terrestre, através das grandes cidades andinas, ou um sistema de navegação comercial entre os grandes portos do Pacífico, até ao Chile, para cuja formação demográfica concorreram notavelmente (35).

Mas nenhum exemplo mais típico que o da Colônia do Sacramento e do seu Território. Buenos Aires foi, como é sabido, no seu primeiro século, uma cidade luso-espanhola. Talvez sem o fer-

(32). — V. Emilio Romero, *Historia economica y financeira del Peru*, Lima, pg. 164, 165 e 202; José Maria Valega, *El Virreinato del Peru*, Lima, pg. 58; Ricardo Palma, *Tradiciones peruanas*, Madri, t. III, pg. 55.

(33). — V. Toribio Medina, *El Tribunal del Santo Oficio de la Inquisicion en las Provincias de la Plata*, Santiago de Chile, pg. 151 e LXXIV e LXXX.

(34). — V. Arcila Farias, *Economia colonial de Venezuela*, Caracas, 1945, pg. 83.

(35). — V. Francisco Farias, *História do Chile*, Santiago, 1947, t. I, pg. 170. V. igualmente as *Taboas gerais de tôda a navegação divididas e emendadas por D. Jerônimo de Ataíde*, atlas português, traçado em 1630, por João Teixeira, o qual contém os planos hidrográficos dos principais portos desde as costas meridionais do Chile até as setentrionais do Perú atual. Esse é o primeiro atlas deste gênero com semelhante representação: O original guarda-se na Biblioteca do Congresso de Washington.

mento do espírito burguês que os portugueses lhe emprestaram, a grande cidade do Prata não houvesse tão cedo evoluído até a formação da base econômica própria e da nação argentina. Dí-lo um ilustre historiador argentino:

“No es aventura da afirmar que a eses lejanos colaboradores (portugueses) debemos el rapido incremento de nuestra capital e hasta la base de nuestra grandeza comercial atual...” Segundo o autor argentino, foram os portugueses os primeiros a aproveitar e valorizar o comércio do couro, ensinando aos seus habitantes “donde estava la fuente de la riqueza nacional” e acrescenta: “Durante toda la primera metade del siglo XVII la influencia portuguesa no hizo sino afianzarse y preponderar, y a fuer de justos debemos reconocer que se tradujo en beneficio para la region rioplatense, cuyos pobladores no hubieron podido subsistir, se ella no hubiera roto el molde impuesto a las otras regiones de la America, cuya situacion y elementos de vida eran por completo diferentes” (36).

O historiador argentino refere-se a seguir, como causa principal destas transformações, à fundação da Colônia do Sacramento. E se esta, diremos nós, obedeceu na sua origem a razão de geo-política, veio a tornar-se, com o tempo, uma criação do gênio burguês dos portugueses, uma fronteira econômica, onde se defrontavam dois gêneros e dois estilos de vida diferentes, permitindo um desenvolvimento recíproco de riqueza. A Espanha oficial considerou esse fato, e não sem razão, como uma grave ameaça à sua já tão precária soberania política no Prata.

Mas Lafuente Machain referindo-se à Colônia dirá ainda: “Su vecindad, tan perjudicial para los derechos territoriales de la corona de Castilla, fue muy benefica para la naciente Buenos Aires, pues le enseñó a apreciar los productos de su campaña y a desarrollar las bases de lo que hoy hace su riqueza... Para los vecinos de Buenos Ayres, bajo el punto de vista economico, fué el principal acontecimiento de la vida colonial; ellos necesitaban vivir del producto de sus tierras, unica fuente de sus entradas, y ante la impossibilidad de aprovecharlas por la via designada por el rey, se vieran en la necesidad de comerciar con los portugueses, “por falta de providências”, como lo dice el Cabildo en carta a S. M., fechada el 11 de diciembre de 1699, y para ello nada mejor y mas al alcance de sus manos que la Colonia, con sus vastos almacenes, donde recogian los frutos de nuestras campañas y entregaban los articulos europeos y los negros de Angola” (37).

Se é possível formular este conceito em relação a Buenos Aires, com maior razão se poderá dizer que a Colônia do Sacramento suscitou a formação dum novo Estado às margens do Prata, criando o gênero de vida específico, que se tornou a sua base econômica fundamental, e um tipo social que virá a ter um pa-

(36). — R. de Lafuente Machain, *Los portugueses en Buenos Ayres (siglo XVII)*, Madrid, 1931, pg. 11.

(37). — *Ibidem*, pg. 100 e 101.

pel predominante nos movimentos da sua independência. Não há dúvida que, nos seus começos, o gaúcho foi contrabandista, desertor ou foragido da justiça. Mas essa amoralidade filiava-se quase sempre nos absurdos do monopólio da monarquia espanhola, que privava os seus súditos na América de produtos abundantes e mais baratos; nos rigores excessivos da disciplina militar, que confinava os moradores ou soldados portugueses, durante anos seguidos, às muralhas duma praça; e, quantas vezes, nos desmandos duma justiça, mais violenta e cruel no castigo, que o delinqüente no crime.

Depois, a pouco e pouco, o que era ilegal legalizou-se, o que fôra anti-social tornou-se em fundamento de uma nova sociedade; e o que fôra anárquico, em sólido instrumento da formação de um novo Estado.

Mas no seu impulso original essa sociedade foi de inspiração portuguesa. Os portugueses criaram uma indústria, estranha ao molde econômico da América hispânica, e deram foros de atividade legítima ao que o Estado espanhol considerava violação de soberania e contrabando intolerável: o comércio entre lusos e castelhanos na base dos produtos da ganadeira. Assim dessa Pan-Ibéria clandestina, que se estendeu à Ibéria e à América, atando e desatando os frouxos laços, que a soberania política não apertava, só nas campanhas que se estendiam desde as duas margens do estuário platino à Laguna veio a formar-se um tipo social ibérico, ou melhor, ibero-americano: — o gaúcho.

Por que acabou então por dissociar-se essa comunidade ao norte do estuário, em duas formações políticas, o Uruguai e o Estado do Rio Grande do Sul? Longo e complexo foi êsse processo. Mas os tratados e os conflitos armados que se sucedem desde 1750, até ao equilíbrio final, obedecem à mesma causa: a luta entre dois coeficientes de densidade social e política e duas forças de gravidade, ambas de sentido diferente. Onde dominava o elemento espanhol e êste era mais ou menos solidário pelas relações de língua e cultura, com os centros urbanos hispano-americanos mais próximos, o gaúcho tendeu para a formação dum Estado independente, obedecendo à lei duma diferenciação muito própria, e à do fracionamento político, esta comum a tôda a América espanhola. Onde, pelo contrário, dominava o elemento português, o gaúcho, apesar de ficar distante dos centros urbanos brasileiros, mas sãbiamente nacionalizado pelo afluxo dos casais açoreanos, tendeu pela lei da diferenciação própria e a da unificação política, esta comum à América portuguesa, a incorporar-se ao Brasil.

Mas tanto a República do Uruguai como o Estado do Rio Grande do Sul permanecem as duas formações sociais e políticas, dentro de tôda a América, as mais complexamente ibéricas, as mais representativas das virtudes comuns aos povos da velha Hispânia: a hombridade e a fidalguia, temperadas aqui pelo humanismo americano.

JAIME CORTESÃO